

# ENTREVISTA MANUEL CORREA DE ANDRADE\*

Entrevista realizada no dia 23 de julho de 2002, em João Pessoa (PB), durante o XIII Encontro Nacional de Geografia.

MCA: Professor Manuel Correia de Andrade  
CLZ: Professor Cláudio Luiz Zanotelli – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória (ES)

ATV: Professor Arthur Tavares Valverde – Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA), Sobral (CE)

**CLZ** – Professor, fale um pouco de sua vida.

**MCA** – Nasci aqui perto da Paraíba, em uma usina de Vicência. Meu pai era proprietário de um engenho de açúcar, o engenho de Jundiá. Eu nasci lá. Fiz o meu curso primário em Vicência, na escola pública, depois fui para o Recife, onde concluí o curso secundário. Concluí também o curso superior de Direito e o de Geografia e História. Naquela época, este último era um curso imbricado: não havia História ou Geografia como cursos separados. Fiz Direito e, quando estava na metade do

curso, criaram a faculdade particular, que é hoje a Universidade Católica. Eu fiz parte da primeira turma do curso de Geografia e História. Formei-me nos dois cursos no mesmo ano, em dezembro de 1945. Naquele tempo, o curso de Geografia e História era feito em quatro anos: três de bacharelado e depois um ano de Didática, que habilitava para lecionar no ensino médio. Cursei um ano de Didática em 1947, um ano depois de terminar o bacharelado, porque a faculdade era nova e não tinha recebido ainda autorização para oferecer o curso de Didática. Depois disso, fui advogado durante seis anos e professor de Geografia e História em colégios particulares até 1952. Em 1952, deixei a advocacia e me dediquei ao ensino de Geografia como assistente de Geografia Física do professor Gilberto Osório de Andrade, que era o catedrático. O assistente naquele tempo era indicado pelo catedrático. Trabalhei com o professor Gilberto Osório durante onze anos. Mas a minha vocação não era a Geografia Física, o meu desejo era cursar Ciências Humanas. Minha atenção maior voltava-se para o campo da

(\*) A idéia desta entrevista surgiu em uma conversa entre os professores Cláudio Zanotelli e Gisele Girardi, do Departamento de Geografia da UFES, e se inscreve nos objetivos da revista *Geografares* a realização de entrevistas com importantes geógrafos, brasileiros e não-brasileiros, buscando retratar a história do pensamento geográfico. Queremos agradecer a Arthur Tavares Valverde, professor da Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA), no Ceará, pela colaboração na realização desta entrevista. Assinalamos também a preciosa colaboração do professor Paulo Cesar Scarim pelas indicações bibliográficas e pelas notas esclarecedoras sobre as transformações pelas quais passou a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). A entrevista foi transcrita pelo geógrafo Jerônimo Amaral de Carvalho e fica aqui, igualmente, o nosso muito obrigado.

Geografia Humana, sobretudo a Econômica. Em 1956, foi oferecido um curso de Altos Estudos Geográficos no Rio de Janeiro, na Universidade do Brasil, hoje a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Esse curso foi oferecido pelo Governo Federal para 40 professores assistentes. Não havia adjuntos, mas assistentes de várias Universidades Federais. Fiz esse curso. Em 1960 mais ou menos, vagou a cadeira de Geografia Econômica na Faculdade de Ciências Econômicas. Pedi a minha transferência para lá. É verdade que eu perdia o contato com os geógrafos, com a formação de geógrafos, mas meu interesse maior era a Geografia Humana e Econômica, pois eu era estudioso da questão agrária, o meu norte era a questão agrária. Lá, fui promovido a professor adjunto. Em 1966, fiz o concurso de cátedra tornando-me catedrático em Geografia Econômica. Fui um dos últimos catedráticos. Depois veio a reforma universitária que acabou com a cátedra. Nós continuamos catedráticos por direito adquirido, mas os que vieram depois de nós entraram como professores titulares. Nesse período em que fui professor, participei da vida política de meu estado. Quando Miguel Arraes Alencar foi eleito governador de Pernambuco, eu era presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Fui eleito presidente da AGB nacional em 1961, sucedendo a Pasquale Petrone.<sup>1</sup> Meu sucessor foi Milton Santos. Pasquale foi presidente em 1961, eu, de 1962 a 1963, e Milton Santos, de 1963 a 1964. Naquela época, o mandato da presidência durava só um ano. Na AGB, apresentei um trabalho em favor do financiamento e da assistência técnica para os agricultores de pequena produção. Arraes criou uma organização em nível de Secretaria de Estado para isso e me nomeou superintendente. Era o Grupo Executivo da Produção de Alimentos. E aí eu desenvolvi um trabalho muito grande, fiz um esforço enorme, levei assistência de créditos e da ciência agrônômica aos agricultores. Então veio o golpe militar de 1964, e eu fui preso, como a maioria dos auxiliares de Arraes.

Ele também foi preso. Passei uns quatro meses preso, mas não havia nada que criminalmente me inculpasse. Fui solto, mas passei a ser visto com maus olhos pelo Governo. O professor Pierre Monbeig<sup>2</sup>, que tinha sido meu professor no Curso de Altos Estudos Geográficos, estava na França, ocupando um cargo importante, o de diretor adjunto do Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNRS). Ele me ofereceu uma bolsa na França onde passei um ano letivo.

**CLZ** – No Instituto de Geografia?

**MCA** – Não, no Instituto de Altos Estudos da América Latina (IHEAL).

**CLZ** – Instituto que Monbeig ajudou a fundar. Inclusive, ele doou seu acervo bibliográfico para a biblioteca do Instituto, que tem o nome dele.

**MCA** – Ele era um homem de muita importância na hierarquia francesa. Quando voltei, reassumi a cadeira de professor de Geografia Econômica na Faculdade de Economia, no Recife. Reassumi a cadeira, mas continuei malvisto pela hierarquia que governava meu estado, porque eu era considerado um homem de esquerda. O meu livro, *A terra e o homem no nordeste*<sup>3</sup> que tinha sido lançado em 1963, com prefácio de Caio Prado Júnior<sup>4</sup>, foi apreendido pela polícia e considerado subversivo.

Em 1970, o Governo, sob pressão americana, resolveu criar os cursos de mestrado. Com a abertura do mestrado em Economia, examinaram o currículo de 52 professores e me escolheram para coordenar o curso. O reitor, que não era da esquerda, mas era um homem leal, muito aberto, muito honesto, conseguiu quebrar as pressões militares, e eu fui nomeado coordenador do mestrado em Economia, função que exerci durante cinco anos. No quinto ano, já haviam vários economistas que tinham concluído o doutorado nos Estados Unidos. Então achei melhor abrir mão da coordenação do mestrado porque eles eram muito corporativistas, como em qualquer pro-

1. Geógrafo da USP que participou, em 1957, do Encontro Nacional da AGB em Colatina e coordenou uma das equipes que realizaram um trabalho de campo no vale do Rio Santa Maria do Rio Doce. Cf.: Aspectos geográficos da área de colonização antiga do Estado do Espírito Santo. *Boletim da AGB*, São Paulo, n. 3, 1962.

2. Geógrafo francês autor do célebre estudo *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, publicado em São Paulo, pela Editora Hucitec, em 1984.

3. ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no nordeste*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

4. Autor do célebre estudo *Formação econômica do Brasil contemporâneo*, publicado em São Paulo, pela Editora Martins, em 1943.

fissão, inclusive na nossa. Renunciei ao cargo e, a pedido, voltei a trabalhar no departamento de Geografia. Quando cheguei, o novo reitor, Paulo Maciel, que tinha sido meu colega na Faculdade de Direito, convidou-me para fundar o mestrado em Geografia, o que fiz em 1978. Foi o terceiro mestrado em Geografia criado no Brasil. O de Rio Claro foi criado no ano seguinte. Fiquei três anos à frente do mestrado. Depois de três anos, a conjuntura política da reitoria mudou, e eu resolvi me afastar, deixando a coordenação do mestrado para outro professor. Em 1983, resolvi me aposentar. A situação era muito difícil, eu continuava muito malvisto por causa de minha posição de esquerda. Aposentei-me e dei aulas durante dois semestres na Universidade de São Paulo (USP). Em 1986 e 1987, fui contratado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Dei aulas para a pós-graduação e, nesse ínterim, convidaram-me para ser diretor do Centro de Documentação de Estudos Brasileiros da Fundação Joaquim Nabuco. Fui para lá para passar dois anos e estou lá até hoje.

**CLZ** – Até hoje o senhor está na Fundação Joaquim Nabuco?

**MCA** – Em novembro deste ano (2002), vai fazer 18 anos que estou na Fundação Joaquim Nabuco. Além disso, sou pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desde 1980. Venho abordando certos temas, como, por exemplo, o tema central da minha vida de estudioso, que é a questão agrária. A questão agrária, para mim, não é apenas um problema econômico. A questão agrária é muito complexa. A gente tem que se projetar no tempo. Fiz análises, pesquisas de campo e pesquisas históricas para situar as origens das relações de trabalho no campo, ao longo do tempo. E disso resultou o livro *A terra e o homem no nordeste*, com seis edições publicadas e várias reimpressões. É um livro que me deu projeção nacional e internacional: nacional, porque, inclusive, ele foi considerado pela Câmara Brasileira dos

Livros, em 1999, como um dos 100 livros brasileiros mais importantes do século XX; internacional, porque ele foi traduzido para o italiano e para o inglês; para o inglês dos Estados Unidos, pela editora da Universidade de Novo México. E ele é muito citado, não só em trabalhos de Geografia, mas também em trabalhos de História, Sociologia e outros. Quando houve a concessão desse galardão para o livro, a Universidade Federal de Pernambuco resolveu me fazer uma homenagem e me conceder a medalha mais importante da instituição, a Marquês de Olinda – o marquês de Olinda foi o fundador dos estudos jurídicos no Brasil – e convidou Milton Santos para me fazer uma saudação, Milton já bastante doente.

**CLZ** – Em 1999?

**MCA** – Não, já em 2000. Milton era muito meu amigo e companheiro. Tinha uma linha de pensamento próxima à minha. Ele fez um elogio muito grande ao livro, dizendo que o livro tinha duas características que o tornaram famoso. Eram duas rupturas: a primeira, com a classe social a que eu pertencia, pois nasci na chamada oligarquia açucareira de Pernambuco, hoje decadente, que era muito crua, muito firme e se considerava superior – sou de família tradicionalíssima no estado, meu pai era grande proprietário –; eu tinha rompido com a oligarquia açucareira; a segunda, com os métodos geográficos. Interessante!... Quando eu publiquei *A terra e o homem no nordeste*, foi uma celeuma. Os sociólogos, os historiadores e os antropólogos fizeram vários elogios, inclusive o pessoal de São Paulo, o Fernando Henrique Cardoso, o Otavio Ianni e o José de Sousa Martins. Eles adotaram o livro e os geógrafos recuaram. Uns apoiaram, mas somente um pequeno grupo, sobretudo aquele do Araújo Filho.<sup>5</sup> Havia grupos que diziam que meu livro não era geográfico, que não era acadêmico, que era um livro panfletário.

**ATV** – Professor, o senhor faz uma relação muito forte com a História. A gente percebe

5. Geógrafo da USP que realizou um célebre estudo sobre o Porto de Santos (*Santos: o porto do café*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1969) e na mesma linha fez sua tese de livre docência sobre o Porto de Vitória (*O porto de Vitória*. São Paulo: USP/IG, 1974).

6. RECLUS, Élisée. *L'homme et la terre*. Paris: Universelle, 1905.

7. ANDRADE, Manuel Correia de. *As raízes do separatismo no Brasil*. Recife: EdUFPE, 1997.

8. ANDRADE, Manuel Correia de. *Nordeste e a questão regional*. São Paulo: Ática, 1993. (Coleção Princípios)

9. ANDRADE, Manuel Correia; ANDRADE, Sandra Maria Correia. *A federação brasileira: uma análise geopolítica e geosocial*. São Paulo: Contexto, 1999.

10. Na Assembléia anual da AGB em Montes Claros, dirigida por Mey Strauch, decidiu-se pela reformulação dos estatutos, o que aconteceu em 10 de julho de 1970, na Assembléia Geral de AGB, em caráter extraordinário, em São Paulo. Nessa reformulação, desapareceu a figura do "sócio efetivo" e passaram à condição de "sócio titular" todos os profissionais, professores e planejadores. Os estudantes e os não-geógrafos interessados em Geografia eram sócios honorários. O artigo 3.º estabelecia que a entidade compreendia sócios de quatro categorias: titular (o que tivesse grau universitário em Geografia, pertencesse há pelo menos dois anos a uma seção local, tivesse participado, pelo menos uma vez, do Encontro Nacional e fizesse pesquisa em Geografia; mas teria que ser submetido à Assembléia Geral); honorário (o que fosse considerado emérito à geografia, indicado por cinco sócios e aprovado pela maioria); cooperador (o que se interessasse pela Geografia); correspondente (os residentes no interior, que estivessem vinculados à Geografia, fossem indicados por cinco sócios titulares e aprovados por três quartos de uma Assembléia Geral).

11. Na Assembléia Geral da AGB de 1970, decidiu-se pela realização de encontros nacionais de dois em dois anos. Desde 1946 até essa época, os encontros eram anuais. Com o aumento do número de participantes que, em 1970, já chegava a mil, decidiu-se por encontros bianuais, em cidades

nas suas publicações o viés do resgate histórico que é importante para compreender o espaço, pois sem a História você não o compreende. Como é que o senhor vê na base da ciência a relação entre Geografia e História?

**MCA** – Olha, eu sou um homem de esquerda. Não preciso dizer isso. Na minha formação, tive uma influência muito grande de um geógrafo francês do século XIX, Elisée Reclus. Reclus era anarquista militante. Ele escreveu *Geografia universal* em 19 volumes e *O homem e a Terra* em 6 volumes.<sup>6</sup> Ele dizia que a Geografia era a História no espaço e a História era a Geografia no tempo. Essa frase hoje é muito conhecida, de forma que eu não consigo separar uma coisa da outra. Conversando uma vez com Milton Santos, ali no engenho de minha família, disse: “Você está vendo aqui a Casa Grande que meu avô construiu no século XIX e o engenho construído no século XVIII. Essa paisagem que nós temos do canavial, com essas casas que hoje querem usar para ecoturismo, só existe em função da História. Isso foi construído através do tempo. E essa construção foi feita gradativamente, e as modificações que se deram foram realizadas no espaço, no território”.

Uma outra coisa para a qual chamo atenção no livro *As raízes do separatismo no Brasil*<sup>7</sup> é que a unidade brasileira não está muito segura, sobretudo com esse problema do avanço da globalização, porque o Brasil é, inclusive, um País que não tem unidade. Se você pega o gaúcho e o argentino, eles estão muito mais próximos um do outro, como cultura, do que o gaúcho, o pernambucano e o paraibano. Aqui, no Nordeste mesmo, você nota que Pernambuco, Paraíba e Alagoas têm uma certa identidade. Mas quando você vai para o Maranhão ou para o Piauí, já percebe outra identidade.

**ATV** – O senhor acha que existe uma questão regional? Porque, em determinada altura, o Nordeste não deve ser visto como uma questão regional. O Nordeste é uma questão política, os problemas do Nordeste advêm de uma

questão política. Mas o senhor defende em seus livros a existência de uma questão regional, se não me engano. Iná Elias de Castro disse que o Nordeste é uma questão política, o discurso político, como o senhor percebe isso? Como o senhor vê essa questão dentro do Brasil?

**MCA** – Eu tenho um livro publicado pela Ática<sup>8</sup>, no qual digo que o Nordeste é uma questão política, é uma questão regional e é uma questão nacional. É uma questão nacional porque o Nordeste se atrasou em relação ao Brasil. Perdeu a importância econômica devido à desvalorização do açúcar no mercado internacional. Era o que sustentava o Nordeste nos séculos XVI, XVII e até mais ou menos o século XVIII. Enquanto isso, Minas Gerais se destacou no século XVIII com o ouro e, em seguida, no século XIX, o café se tornou o principal produto de exportação. Então o Nordeste ficou em uma posição secundária nacionalmente. Depois, as oligarquias açucareira e algodoeira no Nordeste conseguiram manter os privilégios que haviam conquistado no passado, impedindo o Nordeste de desenvolver-se. Agora mesmo eu estava fazendo uma observação... é uma análise preliminar... eu sou da cidade chamada Vicência.

**CLZ** – Fica em que lugar?

**MCA** – Fica na Zona da Mata, no lado norte de Pernambuco, a 100 km de Recife. Era uma cidade de engenho de açúcar até a década de 1960 ou 1970. A feira não tinha grande expressão. Primeiro, não havia pessoas com dinheiro para comprar os produtos; segundo, não havia produção que não fosse açúcar. Sexta-feira passada estive lá. A feira abre no sábado. Às 3 horas, quando eu cheguei à rua da cidade, notei que a quantidade de barracas era imensa e a produção, bem diversificada. Perguntei: “De onde vem essa banana?” “De tal lugar”. “De onde vem o inhame?” “De Alcântara”. “De onde vem o cará?” Há por lá assentamentos do Movimento dos Sem Terra (MST) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). No

lugar, os homens que eram produtores de cana para um único proprietário passaram a produzir vários produtos para várias pessoas. Houve uma pequena democratização do solo.

**CLZ** – Eu gostaria de colocar duas questões para o senhor: uma é a propósito do número de livros que publicou até hoje; outra é sobre o seu papel na AGB, não só porque sei que você foi da diretoria, mas também porque gostaria de saber mais sobre as transformações que ocorreram na AGB no final da década de 1970.

**MCA** – Primeiro, a quantidade de livros é enorme porque eu sou um cidadão muito solicitado.

**CLZ** – Quantos livros?

**MCA** – Uns 108 livros. Agora, muito deles são livros didáticos e hoje já não são adotados, foram livros adotados naquela época. Eu trado muito e sou muito solicitado.

**ATV** – Há um livro interessante chamado *Geografia geral* que o senhor escreveu com Hilton Sette.

**MCA** – Há também um livro de pesquisa que eu escrevi com Sandra Correia de Andrade, minha filha, que é socióloga: *A federação brasileira*.<sup>9</sup> Agora vamos à pergunta sobre a AGB. A AGB era organizada de forma muito autoritária, com a divisão dos sócios em dois grupos: sócios efetivos e sócios colaboradores.<sup>10</sup> O cidadão entrava na AGB como sócio colaborador. Quando os sócios efetivos entendiam que ele havia produzido uma obra de peso, propunham que ele fosse elevado a sócio efetivo. A AGB limitava muito o número de pessoas que participavam da associação. Os congressos eram realizados em cidades pequenas e geralmente se procurava limitar a frequência a 100 ou 150 pessoas. A AGB surgiu em reação à Sociedade Brasileira de Geografia, que era uma sociedade meio militar, organizada nos moldes dos institutos histórico-geográficos, assim ela caminhou. Eu entrei nela em 1952. Em 1970, nós fizemos uma refor-

ma, em pleno regime militar, que eu achei altamente liberalizante. Essa reforma estabelecia que todas as pessoas que se inscrevessem na AGB e fossem formadas em Geografia, quer em licenciatura, quer em bacharelado, eram automaticamente consideradas sócias. Deixava de haver aquela seleção. As pessoas que eram formadas em outros cursos, os estudantes, ou aquelas pessoas que apenas gostavam de Geografia podiam ser sócios. Não me recordo bem em que categoria. A AGB estabeleceu que haveria congressos de dois em dois anos.<sup>11</sup> Foi feita essa mudança, e ela decorreu normalmente até 1978, quando houve um congresso em Fortaleza. Milton Santos, que estava voltando ao Brasil, participou desse congresso. E aí houve um conflito, porque o grupo que detinha o poder na AGB indicou Marcos Alegre para a presidência – ele é um professor de Presidente Prudente – e a mim para a vice-presidência. Eu já tinha sido vice-presidente por quatro vezes e presidente, uma vez. O Milton Santos não concordava. Houve então uma tentativa de apresentar o Caio Prado Júnior, que era um iluminado – no meu pensamento, ele ainda é um iluminado na história e na geografia brasileira – e fundador da AGB. O Caio não aceitou, porque não era um membro militante, e a nossa chapa foi eleita. O Milton Santos, o Ariovaldo Umbelino<sup>12</sup> e outras pessoas levantaram a idéia de que o estudante já era geógrafo, o aluno que passava no vestibular e se inscrevia no curso de Geografia já era um geógrafo. Até perguntei ao Milton: “Você, estando doente, vai receber-se com um estudante do primeiro ano de Medicina? Se o estudante que faz vestibular é geógrafo, então o sujeito no primeiro ano de Medicina é médico, no primeiro ano de Engenharia é engenheiro”. E isso provocou uma sessão extremamente tumultuada em São Paulo. O Marcos Alegre renunciou, e nós e outros membros renunciávamos.<sup>13</sup> Eles não esperavam. Eles esperavam que nós aceitássemos, mas fizeram de um jeito que acabou por provocar praticamente uma invasão dentro da sala. E as pessoas que, pelo Estatuto, não ti-

maiores. Assim, Araújo Filho (USP), com mandato de 1970 a 1972, organizou o congresso de Presidente Prudente em 1972.

12. Geógrafo da USP com trabalhos na área da Geografia Agrária.

13. No Encontro Nacional dos Geógrafos, de 1978, em Fortaleza, apresentaram-se dois candidatos: Marcos Alegre, de Presidente Prudente, e Casemiro Jacob, do Rio Grande do Sul. Diferentemente de outros anos, não houve conciliação. Cabe lembrar que, desde 1953, foi feito um acordo para a apresentação prévia dos candidatos pelo critério do revezamento, pelo qual, em um ano seria indicada a presidência por São Paulo, no outro, pelo Rio de Janeiro e, em seguida, pelos outros estados, na proporção de 1/3, 1/3 e 1/3, o que era próximo da proporção dos sócios. Esse revezamento foi proposto porque, já em 1952, na Assembléia de Campina Grande, registrou-se uma disputa entre Rio de Janeiro e São Paulo, protagonizada por José Veríssimo e Dirceu Lino de Matos, disputa em que Veríssimo venceu por um voto. Assim, em 1978, esse acordo, válido desde 1953, não se viabilizou, pois Marcos Alegre venceu a eleição; mas o debate começava a ser colocado em outro patamar, não mais de caráter regional ou estadual ou ainda por escolas, mas por linhas de pensamento teórico e ideológico. Novos personagens entraram em cena e, como um rio subterrâneo que emerge, propuseram uma mudança profunda na forma de fazer da instituição, com um princípio básico da democracia plena, na qual todos teriam o mesmo peso dentro da entidade. Assim, estudantes e professores de ensino fundamental e médio, que não eram entendidos como pesquisadores, passaram a fazer parte da entidade, inclusive participando da diretoria, das locais e da nacional. Essa mudança provocou novos rumos nos debates e no perfil da entidade. Assim, foi na Assembléia Geral ocorrida em 1979, no auditório do Instituto de Geografia da FFLH-USP, com (cont.)

nham direito de voto, votavam. Nós poderíamos ter fechado a sessão, mas eu disse: “Não adianta fechar... o rei de França, quando a Assembleia quis se reunir, fechou a sala e não adiantou”. O importante era renunciarmos porque eles é que estavam querendo todas as reformas, também tinham ambições, eram homens e iam lutar entre si. Nós nos retiramos, e eles tomaram conta. Houve, então, um período de certa instabilidade dentro da AGB. Eles sonhavam com meu apoio como homem de esquerda. Bem, eles fizeram, assumiram e tiveram essa instabilidade; e houve uma sucessão de presidentes por quatro ou cinco vezes até que elegeram Orlando Valverde que, embora não fosse a favor deles, aceitou.

O Orlando tentou normalizar as coisas, mas encontrou problemas operacionais. Quando se reunia uma assembleia ou se faziam reuniões, eram cem a duzentas pessoas todo ano. De repente, passaram a ser mil, mil e quinhentas pessoas, e aí ficava difícil. O Orlando fez uma administração e depois elegeram José Borzachiello da Silva. José da Silva foi um verdadeiro estadista. Eu não sei como aquele homem conseguiu compor as várias tendências. Ele era um geógrafo novo ainda, talvez por isso tivesse humildade para recompor a AGB e colocá-la no caminho em que ela está até hoje, com altos e baixos. Foi um grande arquiteto.

Mas aí criamos a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), e então esse pessoal que tinha feito a revolução na AGB se opôs terminantemente à ANPEGE.<sup>14</sup> Diziam que era voltar à oligarquia. As coisas morreram, até que, numa reunião em Santa Catarina, sob a minha presidência, a ANPEGE se estruturou. Na reunião, eu tive apoio muito grande do Cláudio Eglér<sup>15</sup> e de outros colegas, e a ANPEGE era mais um órgão de departamentos de Geografia do que de geógrafos. Aí me ofereceram a presidência, e eu não podia aceitar porque estava aposentado e trabalhava na Joaquim Nabuco. Então, puseram Milton Santos na presidência, com Maria Adélia Aparecida de

Souza<sup>16</sup> como secretária. O Milton estruturou a ANPEGE e hoje a ANPEGE e a AGB convivem muito amigavelmente. Ariovaldo Umbelino já foi presidente da ANPEGE e ela funciona. Agora, eu não rompi com a AGB, não sou um cara de posições dogmáticas, eu me afastei, não exerci nenhum cargo de direção até hoje. Também, já estava velho, já tinha sido vice-presidente quatro vezes e presidente uma vez e não precisava mais disso. Continuei frequentando a AGB e estou até hoje nela.

**ATV** – Você falou da influência de Élisée Reclus sobre o senhor e organizou um trabalho sobre Reclus, publicado pela Ática, na coletânea *Os grandes cientistas sociais*.<sup>17</sup> Entretanto, a gente observa hoje, dentro da Geografia, um certo preconceito contra os clássicos. Há um certo preconceito da Geografia renovada e crítica. O senhor percebe isso?

**MCA** – Percebo e acho que ocorre realmente. Minha formação é marxista, cheguei a ser membro do Partido Comunista, mas eu não fui do tempo de Marx. Ele já tinha morrido. Estudei muito Marx, Engels, Kaustky e outros. Há um escritor brasileiro que teve influência tremenda na minha formação: o Caio Prado Júnior. Eu me considero um discípulo de Caio Prado Júnior, influenciado pelo pensamento marxista. Acho que nós não podemos abandonar os clássicos. Temos que reconhecer os clássicos, procurar ver como eles pensavam, e não pensar o que eles pensavam. Na universidade brasileira, houve um choque há algum tempo, quando se derrubou a Geografia quantitativa e nós partimos para uma Geografia crítica. Na universidade brasileira, havia um grupo que se dizia marxista, que lia os livros de Marx e Engels, sobretudo os livros publicados na ex-União Soviética, e interpretava a Geografia baseado neles, à luz do pensamento marxista. É uma pena que as posições deles não podem ser aplicadas nos dias de hoje.

Outra coisa que percebo é que, em média, o geógrafo lê muito pouco. Os sociólogos e os economistas lêem muito mais que os

(cont.) a presença maciça de estudantes, que essa proposta foi aprovada. Não concordando com os discursos e com a forma como os “novos” se apresentaram para o debate, toda a diretoria eleita em 1978 renunciou, e a assembleia elegeu Armém Mamigonian como presidente.

14. A ANPEGE foi fundada em 1993, com o objetivo de intensificar o intercâmbio entre os cursos de pós-graduação e os centros de pesquisa em Geografia. Realiza encontros nacionais de dois em dois anos. O primeiro encontro foi em Aracaju, em 1995

15. Geógrafo da UFRJ.

16. Geógrafa da USP e da Unicamp, com trabalhos na área da Geografia Urbana, publicou *A identidade da metrópole: a verticalização de São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 1994.

17. ANDRADE, Manuel Correia de. *Élisée Reclus*. São Paulo: Ática, 1985. (Coleção Grandes Cientistas Sociais – Geografia, n. 49).

geógrafos. Aí vem a pergunta: “Os geógrafos não lêem os clássicos, ou não lêem quase nada?” Quando me aposentei, o coordenador do mestrado me pediu que ministrasse um curso na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Eu dizia que deveria ser um curso com no máximo quinze alunos para se ter algum resultado. O curso versava sobre Geopolítica do Brasil. Apareceram trinta alunos e eu notei que eles não liam os livros que eram comentados. Eu me chateei... já estava trabalhando de graça... Quando ia dar nota a um aluno pelo exame crítico de um livro, apareceu alguém dizendo que seria interessante que um grupo de alunos fizesse a leitura coletiva do livro e entregasse o trabalho. Retruquei, dizendo que poderia acontecer de um estudante fazer os trabalhos, e os outros somente assinarem. Por isso indiquei um livro para cada aluno. Indiquei livros básicos, fundamentais... Havia também outros que eram paradidáticos, livros para alunos que estão fazendo vestibular e que são indicados muitas vezes na faculdade. Dos trinta alunos, só uns cinco leram os livros fundamentais; os outros vinte e cinco leram esses livros paradidáticos. Eu não ia reprovar ninguém e então perguntei: “Por que vocês não leram este livro?” Eles responderam: “Ah! professor, ninguém é idiota! Um livro tem quatrocentas páginas e o outro tem cem. A gente vai pegar o de cem que requer menos esforço”. Eu disse: “Vocês não serão nunca geógrafos de peso, vocês não querem fazer estudo de Geografia, vocês querem é título”. Aí me recusei a continuar a dar aulas.

**ATV** – Essa nova geração de geógrafos, esse pessoal que está publicando agora, como é que o senhor tem visto a obra deles?

**MCA** – Eu tenho conhecido essas obras quando participo de bancas examinadoras, ou quando sei de alguém que faz uma tese sobre um assunto de que gosto, e, então, procuro, peço e consigo a tese para ler. Acho que há um progresso muito grande da Geografia e que, neste momento, nós temos que ter abertura, porque a civilização está mudando, não

sei se para o bem, ou para o mal. Esse bem ou esse mal é uma questão de valor, não é meu. Mas as coisas estão mudando. Eu tenho uma neta de nove anos que trabalha com computador. Eu não trabalho com computador. Tenho uma secretária que digita meus trabalhos na máquina de escrever. Pois bem, essa quantidade de teses mostra que há uma grande produção não só na Geografia, mas também na História e na Sociologia. Há muita coisa boa. Às vezes, até dissertação de mestrado é melhor que tese de doutorado.

**CLZ** – Mas o senhor não acha que há uma espécie de volta aos pais fundadores da Geografia Moderna do Século XIX, não obstante uma certa resistência a essa volta não só a Reclus, Ratzel, Ritter, Humboldt, Vidal de La Blache? Uma outra questão é a seguinte: até que ponto aquela leitura marxista dogmática dos anos de 1970 não fez mal à Geografia de hoje, pois ofereceu às pessoas dos cursos universitários pequenas sínteses até certo ponto deformadas desse autores, levando a que os estudantes não lessem os originais e se contentassem com as sínteses? Esses livros, inclusive, são muito lidos até hoje nas universidades e nas escolas pelo Brasil afora. Uma das questões principais para mim é essa aí: entrar em contato com os textos originais dos autores, ler diretamente na fonte, o que nem sempre é possível, tendo em vista a situação da tradução no Brasil.

**MCA** – Eu tenho muita circulação entre os historiadores. O pessoal de História lê muito mais que os da Geografia. Conversando com Capel<sup>18</sup>, Claval<sup>19</sup>, Dieter<sup>20</sup>, um espanhol, um francês e um alemão, ouve-se que, em seus países, também é a mesma coisa. E há até quem me diga que um dos motivos de eu ter uma grande frequência de leitura – são leituras compulsivas – foi meu curso de Direito, e não o de Geografia. No meu curso de Direito, naquela época, a faculdade não era tão técnica, era mais uma faculdade de Ciências Sociais. Só depois foram sendo criadas as especializações.

18. Geógrafo espanhol autor de uma excelente obra sobre o pensamento geográfico: *Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea.*, publicada em Barcelona, pela Barcanova, em 1981.

19. Geógrafo francês, autor de importantes trabalhos sobre a História do Pensamento Geográfico. Ver: CLAVAL, Paul. *Histoire de la géographie française – 1870 à nos jours.* Paris: Nathan, 1998.

20. Heinz Dieter Heidemann, geógrafo alemão, professor da USP, um dos difusores do pensamento do grupo alemão Krisis no Brasil.

**ATV** – Professor, o senhor falou de uma questão regional. Lembro-me agora de uma pergunta que nós formulamos sobre a relação regional entre os geógrafos. Por exemplo: o Nordeste vem produzindo um número de geógrafos de qualidade, e o senhor é um exemplo disso, assim como Milton Santos, mas a gente observa que há um certo preconceito partindo do Sul, com relação ao geógrafo nordestino, tanto que nós até hoje não temos um doutorado no Nordeste. Como é que o senhor percebe isso, como um homem que circula por todo o Brasil?

**MCA** – Eu circulo bem no Sul, inclusive em São Paulo. Meu filho, que é geógrafo, diz que tenho mais citações na USP do que na UFPE. Mas há no Brasil uma idéia de que as coisas melhores estão em São Paulo e no Rio de Janeiro. O resto seria o resto. Você ouviu numa dessas conferências: um colega, o Ariovaldo Umbelino, falou, na abertura, que um professor, o Vilmar Farias, um dos assessores de Fernando Henrique Cardoso, não queria admitir que houvesse doutores no Piauí. Nós temos que resolver esse problema, acho que nós temos que conquistar nossa posição. Acho, também, que o problema do Nordeste é um pouco a subserviência dos nossos políticos aos governos federais. Geralmente, as autoridades preocupam-se em ver o que o governo federal quer, o que o governo federal pretende fazer e, muitas vezes, comportam-se como verdadeiros pedintes, com pires na mão. Acredito em uma coisa fundamental: nós temos que demonstrar que somos capazes. Agora, há um problema muito sério: esse jogo de dominação que os estados do Sudeste, menos o Espírito Santo, que é o Nordeste do Sudeste, mantêm com o resto do Brasil.

**CLZ** – O senhor não acha, por outro lado, que, mesmo sendo bem citados na USP, os nordestinos que em geral fazem sucesso acabam passando por São Paulo, como Milton Santos e você também? Assim, de repente, do ponto de vista da academia, nós acabamos reproduzindo a estrutura hierárquica, econômica e social.

**MCA** – Eu criei o mestrado em Geografia, tive apoio do Reitor na época, lutei para transformar o mestrado em doutorado. Tive apoio, mas fizeram tal pressão que, até hoje, não se conseguiu passar do mestrado para o doutorado.

**CLZ** – Mas, quem fez pressão?

**MCA** – Alguns colegas nossos do Sul.

**CLZ** – Que poder eles têm para fazer pressão?

**MCA** – São colegas que representavam outras faculdades no CNPq, na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e bloquearam o processo. Nosso amigo Carlos Augusto Figueiredo Monteiro<sup>21</sup> teve um desentendimento com uma colega do Rio de Janeiro por causa de uma tentativa dela para impedir que se instalasse um mestrado em Geografia em Pernambuco. Eles ficaram brigados por quase dez anos. Carlos Augusto ficou horrorizado com isso. Depois, teve problemas em Sergipe... dez tentativas... Mas foi feito um contato com a Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) de Rio Claro e se conseguiu abrir o doutorado em Geografia, que depois de algum tempo foi fechado.

**CLZ** – Foi criado um doutorado em Geografia em Sergipe?

**MCA** – Sim, mas não era de Sergipe, era em Sergipe. Era um doutorado de Rio Claro sendo oferecido em Sergipe. O aluno defendia a tese em Rio Claro. É preciso que haja mais abertura. Ainda há uma coisa que o colega do Paraná, o Francisco Mendonça, disse: “É preciso que vários lugares do Brasil façam a sua geografia.” Porque não há uma unidade da Geografia em um país do tamanho do Brasil.

**CLZ** – Estou lembrando agora uma frase de Gilberto Freyre<sup>22</sup> em *Casa Grande e Senzala*, a propósito dos doutores. Segundo ele, nós estamos vivendo ainda aquela cultura da nobreza que tanto influenciou o Brasil, pois os

21. Geógrafo, autor de importante obra sobre o clima, particularmente *O clima e a organização do espaço no estado de São Paulo: problemas e perspectivas*, produzida no Instituto de Geografia da USP, em 1976.

22. FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: Maia e Schmidt, 1933.



títulos de nobreza foram, no fim do século XIX, substituídos, na distinção social, pelos títulos de doutor (médicos e advogados, na época). Pois, então, estamos ainda vivendo essa cultura do doutor como algo fundamental, pela raridade relativa do diploma. Portanto, limitar o acesso aos diplomas, ao tornar-se doutor, é uma maneira de controle social, de submissão, de distinção, de controle sobre uma clientela acadêmica. Muitas vezes são as próprias pessoas que têm um discurso de esquerda, ou um discurso crítico, que usam a limitação do acesso ao título de doutor como marcador social.

**MCA** – O Gilberto Freyre foi muito criticado e até alijado pelas análises universitárias porque ele tomou uma atitude favorável ao golpe militar de 1964. Mas, se você ver a obra de Gilberto Freyre – e é preciso uma recuperação de Gilberto Freyre –, vai perceber que é uma obra altamente subversiva. Ele foi acusado de subversivo. Publiquei agora um livro pela Vozes – *Gilberto Freyre e os grandes desafios do século vinte*<sup>23</sup> –, porque o Gilberto Freyre tinha uma vantagem: ele observava as coisas a partir da realidade, e não a partir de teorias importadas. Muitas coisas que ele nunca disse são atribuídas a ele, como, por exemplo, que o português era bonzinho para o escravo. Ele não disse isso. Outra coisa que dizem que ele escreveu é que o Brasil era uma democracia racial. Ele não disse isso. Ele disse que o preconceito racial no Brasil era menos intenso do que nos países anglo-saxões, mas daí a falar de uma democracia racial...

**CLZ** – Mas as pessoas não lêem. Lêem através dos outros.

**ATV** – Assim como Josué de Castro... ele também não é lido.

**MCA** – O que não entendo... Josué de Castro foi meu amigo pessoal, era uns quinze anos mais velho do que eu, era uma figura eminente, e eu era apenas um estudante. Eu o acompanhei politicamente, depois convivi com ele. Tenho, inclusive, um estudo sobre o Josué de Castro, que escrevi por encomenda da FAO,

fundo da Organização da Nações Unidas (ONU) que se ocupa da alimentação e da agricultura. Esse estudo foi publicado em Pernambuco e reproduzido na Revista *Estudos Avançados* da USP.<sup>24</sup> Eu acredito que, dos professores de Geografia do Nordeste, 80% não tenham tomado conhecimento do livro. Josué de Castro é uma figura fundamental para a Geografia brasileira, pois descobriu que no Brasil existia fome, numa época em que se dizia que o Brasil era maravilhoso e não faltava nada. Resultado... foi condenado. Agora, a contribuição dele é extraordinária, não só pelo livro fundamental que é *Geografia da fome*<sup>25</sup>, como também por outras obras menores, como *Geopolítica da fome*<sup>26</sup>.

**ATV** – Ele era médico, não?

**MCA** – Ele era médico. Na geração dele, ninguém era formado em Geografia. O geógrafo era o médico, o advogado, o engenheiro... a Geografia Física, inclusive, era praticada sobretudo por engenheiros. Ele começou estudando alimentação.

**ATV** – Há alguns livros dele sobre Geografia?

**MCA** – Aí é engraçado. Josué era muito vaidoso, eu o conheci de perto. Diziam que ele não era geógrafo, era médico, inclusive o pessoal da AGB. A AGB negou Josué o máximo que pôde como geógrafo, mas Josué, quando foi fazer um concurso para catedrático na Universidade do Rio de Janeiro, teve que apresentar uma tese na qual demonstrasse que ele não era médico. Fez uma tese sobre fatores de localização da cidade do Recife. Era um assunto extremamente geográfico, e é um trabalho de Geografia da melhor qualidade, apesar de ter mais de quarenta anos. Ele demonstra como e por que o Recife se localizou naquele ponto. Ele era um sujeito genial!

**ATV** – Uma postura crítica que, naquela época, não existia. Ele era muito mais avançado, poderia ser comparado a um Élisée Reclus dos Trópicos.

23. ANDRADE, Manuel Correia de. *Gilberto Freyre e os grandes desafios do século XX*. Petrópolis: Vozes, 2002.

24. ANDRADE, Manuel Correia de. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. *Revista do Instituto de Estudos Avançados*. São Paulo, v. 29, n. 11, p. 169-194, 1997.

25. CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.

26. CASTRO, Josué de. *Geopolítica da fome*: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. 2v.

**CLZ** – As análises que ele faz sobre o Sertão, sobre o Nordeste, sobre o manguezal lá no Recife... Essas análises, inclusive, serviram um pouco de base para autores, como Celso Furtado, que muitas vezes o citam, mas não muito.

**MCA** – Eu recebi influência de Josué de Castro, de Caio Prado Júnior, sobretudo de Gilberto Freyre e de outros autores. De Celso Furtado não, eu sou amigo de Celso, concordo com ele em muitas coisas, mas Celso era da minha geração. Eu nasci em 1920, ele, em 1922. Quando o Celso começou a produzir, eu já estava produzindo. É diferente. Porque, em geral, fui influenciado por pessoas que vieram antes de mim. Eu tive influência também do professor Pierre Monbeig.

**CLZ** – E do Reclus, foi mais uma descoberta tardia sua?

**MCA** – Não. Eu li Reclus cedo. Li também De Martonne, Vidal de La Blache, Jean Brunhes, André Cholley... esses autores eu li todos eles. O Reclus era muito divulgado no Brasil na década de 1910 e de 1920.

**CLZ** – Aquela tradução sobre o Brasil de parte da Enciclopédia que tem um prefácio de Rio Branco...

**ATV** – Como pesquisador, o que o senhor acha que mereceria ser mais bem estudado pela Geografia brasileira e que hoje não está sendo? Existe algum ponto sobre o qual o senhor acha que há uma lacuna que a Geografia está deixando passar e que poderia ser mais bem trabalhada?

**MCA** – Hoje eu acho que a Geografia está trabalhando muito. Não digo que há uma lacuna, mas há temas que deveriam ser abordados e analisados, o que já está sendo feito por pessoas com formação e idéias diferentes, para poder haver uma produção que não seja monolítica.

**ATV** – Qual o tema que tem despertado a sua curiosidade, a sua atenção, sobre o qual o senhor ainda não escreveu?

**MCA** – Os temas que me despertaram a atenção, eu escrevi sobre eles: um é a questão agrária, que acho fundamental; o outro é o problema da geopolítica, a unidade brasileira e o relacionamento do Brasil com a África e com a América Latina.

**CLZ** – É interessante ver como o Brasil virou as costas para África e para a América Latina.

**ATV** – E a geopolítica brasileira, hoje? Nós saímos de um projeto geopolítico dos militares, que era um projeto muito bem elaborado, mas que, com a própria crise do governo militar, não deu certo. Como é que o senhor vê a geopolítica hoje?

**MCA** – Eu tenho um livrinho, uma edição ampliada, *Geopolítica do Brasil*<sup>27</sup>, no qual coloco, mais ou menos, as minhas idéias. Eu acho que o Brasil tem dois problemas fundamentais de geopolítica: um é firmar sua importância no Atlântico Sul, voltado para a África e, até um certo ponto, herdar aquilo que os portugueses tentaram criar e não conseguiram; outro é manter uma relação de equilíbrio e apoio com os países da América Latina, contrabalançando o peso dos Estados Unidos, pois, para os Estados Unidos, o Brasil é um quintal. Agora, não é enfrentar só falando, é tentando levar o País com uma política mais independente e dentro de suas possibilidades, pois não se pode dar murro em ponta de faca. Atitudes mais radicais podem provocar uma reação mais retrógrada ainda.

**ATV** – Na conjuntura internacional, como é que o senhor analisa o papel do Brasil?

**MCA** – Eu acho um papel muito difícil. O Brasil deveria procurar liderar a América Latina, ou pelo menos a América do Sul, mas é muito difícil. Em primeiro lugar, porque a rivalidade entre a Argentina e o Brasil é um fato; em segundo lugar, porque o americano tem um poder muito grande para neutralizar isso.

**CLZ** – E tem agido muito, hoje, com essa questão da crise da Argentina.

27. ANDRADE, Manuel Correia. *Geopolítica do Brasil*. São Paulo: Ática, 1989.

**MCA** – Eu confesso a você que tenho medo de que nós estejamos caminhando para uma crise igual à da Argentina. O Brasil tem que refletir sobre a formação dos grandes blocos internacionais, pois tem os Estados Unidos de um lado e a União Européia do outro; tem o que restou da União Soviética, que está inteiramente desorganizado, mas que pode resultar em uma ou outra organização, devido ao tempo que durou; tem também a China, que é uma perspectiva. Isso me faz lembrar uma frase de Napoleão: “A China está adormecida; não faça barulho porque, se ela acordar, pode ser um problema muito sério”. Eu acho que ela já acordou.

**CLZ** – Para encerrar, o que você está produzindo ou estudando atualmente?

**MCA** – No momento, estou começando um contrato com a Contexto. A Contexto criou uma

coleção chamada *Caminhos percorridos*, que vai congrega autores que tenham tido uma certa influência para que contem a sua vida em umas cem páginas e reúnam os textos que publicaram durante a vida, com vistas a que se veja a maneira como eles evoluíram. Eu estranhei uma proposta desse tipo, mas aceitei. Aqui, eu tive outra proposta: o Lourenço Magnoni Jr., de Bauru, e o Ruy Moreira<sup>28</sup> lembraram que eu tinha uns livros sobre o açúcar no Nordeste Oriental<sup>29</sup>, escritos na década de 1950, e minha tese sobre o Vale do Siriji<sup>30</sup>, e que seria muito interessante publicá-los conforme foram escritos na época, o que coincide com o projeto da Contexto. Vou mandar o material para o Lourenço da AGB – Seção Bauru e, na Contexto, vou começar a trabalhar, pois já estou fazendo uma seleção de doze textos publicados em períodos diferentes. Há textos publicados nas décadas de 1950, 1960, entre outros.

28. Geógrafo da Universidade Federal Fluminense (UFF), notadamente organizador de *Geografia: teoria e crítica – um saber posto em questão*. Petrópolis: Vozes, 1982.

29. *Os rios do açúcar do nordeste oriental*. Publicações do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife, 1957.

30. *O vale do Siriji: um estudo de geografia regional*. Recife, 1958. Mimeografada.

